

## **ATA NÚMERO VINTE E UM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas 09:30 horas, reuniu em sessão ordinária o Plenário da Assembleia Municipal, no Auditório Municipal de Almeida, respeitando todas as regras impostas pela Direção Geral de Saúde, tendo em conta a situação pandémica que se enfrenta, com a seguinte ordem de trabalhos:

**I – Período antes da ordem do dia;**

**II – Ordem do dia;**

**1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**

**2 – Proposta de adesão à ANAM – Estatutos;**

**3 – Subsídios a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida – alínea j), do nº. 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**

**4 - 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;**

**5 – Projeto de Regulamento Cartão Mais Família;**

**6 – Projeto de Regulamento de Cedência de Lotes no Loteamento Industrial de Vilar Formoso – 2ª Alteração;**

**7 – Verificação das contas anuais do Município de Almeida por Auditor Externo – Nº 1, do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro – Nomeação do Auditor Externo;**

**III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.**

A sessão teve início com verificação das presenças, tendo-se registado a ausência da Presidente da Junta de Freguesia de Almeida, Fátima Gomes e Dr.ª Mariana Estêvão, por motivo justificado.

**Aprovação da Ata Nº. 20 da Assembleia Municipal – Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro de 2021.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata número 20 (vinte), realizada em 26 de fevereiro de 2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

**Atas da Câmara para consulta:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal a seguir disponibilizou para consulta as atas das Reuniões do Executivo, realizadas desde a última Assembleia até à presente data.

**Assuntos não agendados na Ordem do Dia:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Senhor Professor António Baptista Ribeiro, propôs que fossem acrescentados à ordem do dia, os seguintes assuntos:

**8 – CPCJ – Conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Almeida (Ano 2020);**

**9 – Proposta de nomeação dos Júris dos procedimentos concursais para cargos de direção intermédia – Chefes de Divisão;**

**10 – Moção – Pelo melhoramento das condições de serviço de internamento pediátrico do Hospital Sousa Martins – Guarda;**

Posta a proposta a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade, pelo que a ordem do dia passou a ser a seguinte:

**I – Período antes da ordem do dia;**

**II – Ordem do dia;**

**1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**

**2 – Proposta de adesão à ANAM – Estatutos;**

**3 – Subsídios a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida – alínea j), do nº. 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**

**4 - 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;**

**5 – Projeto de Regulamento Cartão Mais Família;**

**6 – Projeto de Regulamento de Cedência de Lotes no Loteamento Industrial de Vilar Formoso – 2ª Alteração;**

**7 – Verificação das contas anuais do Município de Almeida por Auditor Externo – Nº 1, do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro – Nomeação do Auditor Externo;**

**8 – CPCJ – Conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Almeida (Ano 2020);**

**9 – Proposta de nomeação dos Júris dos procedimentos concursais para cargos de direção intermédia – Chefes de Divisão;**

**10 – Moção – Pelo melhoramento das condições de serviço de internamento pediátrico do Hospital Sousa Martins – Guarda;**

**III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.**

**I – Período antes da ordem do dia;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou, se alguém desejava intervir neste ponto, tendo-se inscrito os Senhores que se indicam, apresentando as seguintes questões:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso e na sequência da proposta da Dr<sup>a</sup>. Mariana Estêvão e relativamente ao Centro de Saúde de Almeida e Extensão de Vilar Formoso, informou que, o Senhor Dr. Cura está em vias de se reformar, assim como a Senhora Dr<sup>a</sup>. Júlia que já está reformada, embora ainda estando a assumir funções, o que significa que se está prestes a perder dois médicos nos nossos Centros de Saúde.

Assim sendo, solicitou à Câmara que fossem efetuadas as respetivas diligências no sentido de que quando os referidos médicos deixarem o serviço definitivamente, fosse assegurada a sua substituição, porque se assim não acontecer o Concelho irá perder qualidade de vida e será muito difícil continuar a manter com saúde, nomeadamente a população mais envelhecida, acrescentando a tudo isto o falecimento do Senhor Dr. Fernando Correia, daí que a Câmara deve tomar em conta e o mais rápido possível a resolução desta situação, para depois não se ter de correr atrás do prejuízo.

O Senhor Joaquim Lages solicitou esclarecimentos sobre se iríamos ter Parque TIR em Vilar Formoso e chamar a atenção para a Placa na Autoestrada sentido Guarda/Vilar Formoso que diz Vilar Formoso Oeste, perguntando onde está a outra que diz Vilar Formoso, porque não faz sentido ter ali “Vilar Formoso Oeste”.

Perguntou também se sobre os sobrantes da atividade agrícola já havia novidades/solução e se sobre a Escola de Vilar Formoso também já havia alguma solução para resolução do assunto, porque se está a tornar um problema de saúde pública.

Perguntou também, se não há investimentos para o desenvolvimento agrícola, nomeadamente caminhos agrícolas, tendo em conta que foram alcatroados dois ou três e não houve mais investimento.

Por último referiu que chegou à Junta de Freguesia uma informação de que a Balança não está a funcionar.

O Senhor Professor José Gonçalves dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara referindo que, a ação e a decisão política não deveriam estar condicionadas à pressão de redes sociais o que já afirmou e que ele concordou. Porém como alguém dizia vemos, ouvimos, lemos e por vezes não podemos calar. Não se pode menosprezar de todo as redes sociais. Explicou que esta introdução vem a propósito do modo como as Infraestruturas de Portugal e como o Senhor Joaquim Lages já referiu um pouco desse

aspecto, a forma descuidada como têm tratado a seu ver e de tantos outros, Vilar Formoso. Primeiro foi a identificação da Ribeira de Tourões ou Toirões apelidado de Torão, agora a forma abreviada como o nome da Vila e Localidade consta no principal pórtico de saída no Nó de Vilar Formoso e não é por falta de espaço na respetiva placa, certamente.

Perguntou também em que pé se encontra o processo de constituição da Eurocidade.

A Dr<sup>a</sup> Catarina Vilhena congratulou o Executivo pela iniciativa Almeida Virtual Ativa, numa altura como a que se vive de limitações e confinamento é sem dúvida uma mais valia que pode estimular muitas pessoas a melhorar a sua forma física e consequentemente a sua condição mental, no entanto, mencionou duas limitações aqui em Almeida que necessitam de resolução para um melhor aproveitamento dessa mesma iniciativa. Uma é respeitante à Ciclovía que se encontra inclusivamente interdita em parte do seu percurso, devido à falta de manutenção atempada e que resultou na degradação completa do troço de madeira, perguntando para quando a sua reparação, sobretudo agora que se aproxima o bom tempo e as pessoas necessitam de sair e recorrer ao seu uso. A outra respeita à presença de rebanhos nos revelins exteriores da muralha, sendo certo que as ovelhas não fazem mal a ninguém, mas o mesmo não se poderá dizer em relação aos cães de pastoreio, não entendendo como os rebanhos possam andar sem vigilância sem qualquer tipo de limitação física pelas muralhas, tornando extremamente perigoso qualquer tipo de prática física e até mesmo de passeio.

Numa altura que se quer e deseja o regresso de turistas ao Concelho, parece-lhe que alguma coisa deve ser feita em relação a este assunto ou corre-se o risco de a Câmara se deparar com uma situação mais grave.

Informou também que foi abordada por várias pessoas que lhe solicitaram e manifestaram o seu descontentamento acerca da designação “Estrela da Paz”, concordando com essas pessoas por dois motivos: - o primeiro prende-se com o facto de que uma marca que se pretende ser unificadora de todo um Concelho não deve ter uma designação que só tem em conta duas Vilas desse mesmo Concelho. O segundo motivo e lamentou dizê-lo, mas parece-lhe que não foi a melhor escolha de palavras já que se adequa mais a uma organização de cariz religioso do que a marca de um Concelho.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom referiu que, vai terminar o seu mandato em outubro e já passaram doze anos e falou das preocupações da Junta de Freguesia, referindo-se à falta de pressão de água em Aldeia de S. Sebastião, nomeadamente nas doze moradias da entrada com graves problemas nesse aspeto. Referiu também que, na mesma rua existe o problema a nível de segurança, os passeios nunca foram feitos e as marcações da estrada que normalmente são avivadas também não foram feitas, sendo tudo faixa de rodagem. O condicionamento de trânsito a pesados na ligação Aldeia / Freineda, porque os caleiros da sua casa já três vezes foram derrubados pelos camiões da palha. A ligação Aldeia / Freineda é apenas um caminho rural em que e a pouca sinalética que tem foi a Junta que a colocou e depois que abriram o troço Porto de Ovelha, Malhada, Freineda e Aldeia de S. Sebastião a circulação tornou-se mais intensa. Esclareceu que o depósito de água em relação a algumas habitações está a nível inferior e depois que o Lar foi construído notou-se a falta de água nas referidas habitações.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal referiu que não olha a meios nas expropriações e vão alargar a linha de caminho de ferro, pagando o m<sup>2</sup> a 0,60 € o que é

uma vergonha e sem consultar ninguém. Informou que, mandaram um ofício à Junta de Freguesia e à Câmara, dizendo que vai ser tudo expropriado que segundo o Senhor Presidente da Junta à revelia. Esclareceu que teve o cuidado de acompanhar a equipa alguns dias e como existem muitas divisões de terrenos, optaram pela situação mais fácil, nunca olhando para o problema da ponte seca que tanto já foi falada em que roubaram as pedras e a única proteção que tem, é o arame farpado que a Junta lá colocou, porque é um caminho onde passam muitos animais. Outra situação idêntica é na curva do Bisco, onde foram roubados os carris e a Junta de Freguesia é que abriu ali umas valas para que os animais não passassem.

Face ao exposto gostaria que a Câmara lhes desse conhecimento e de uma vez por todas fossem os casos resolvidos. Acrescentou ainda que quando são realizadas as reuniões da Proteção Civil votam sempre contra em tudo o que diga respeito ao Concelho de Almeida e se não são os Presidentes de Juntas e a própria Câmara votarem favoravelmente, no Concelho não se fazia nada, porque as Instituições que se deslocam lá de baixo é sempre para derrotar e o Senhor Presidente tem conhecimento disso.

Sobre Castelo Bom, informou que esta semana o Dr. Moutinho Borges e o Funcionário do Rádio Fronteira, Senhor Reinas fizeram um programa e a observação das pessoas foi que cento e tal gostaram, mas as duas primeiras foi de que os caixotes do lixo destoam, acrescentando que o Funcionário da Junta levou três dias a retirar os contentores do lixo para a empresa responsável os poder lavar, quando a Junta de Freguesia não tem nada a ver com aquele serviço, solicitando que a Câmara resolva o problema com a empresa.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda referiu que, aproximadamente há dez anos a Junta de Freguesia de Freineda foi questionada sobre o interesse da cedência do Edifício da Estação Freineda Gare. Nessa altura foi manifestado o interesse, tendo sido apresentadas propostas para o uso do Edifício. Posteriormente foram-lhes colocadas algumas condições as quais aceitaram. A partir daí (nove dez anos), não foi recebida mais nenhuma informação, pese embora tenham questionado sobre o andamento do processo, mas sem obterem qualquer resposta. Esta semana por casualidade e de forma informal, a Junta teve conhecimento que o processo teve andamento, sem lhes ter sido comunicado nada e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se sabia alguma coisa sobre o assunto e se não sabe perguntou também se era possível reativar o respetivo processo.

Solicitou também esclarecimento sobre se os Funcionários da Câmara Municipal de Almeida tinham sido todos vacinados, o que não acreditou e daí a colocação da sua questão e a ser verdade gostaria de saber se foi a título individual ou na qualidade de Funcionários, e se por acaso foram vacinados na qualidade de funcionários pergunta sobre qual o enquadramento para essa vacinação, tendo em conta os critérios nacionais de vacinação.

Por último referiu que, na Freineda foram colocadas algumas lombas, infelizmente sem lhes ter sido dito nada e essas lombas ainda não foram pintadas e para além disso os sinais que alertam a sua existência estão aproximadamente a 1m de distância das mesmas o que não permite às pessoas pese embora nas localidades a velocidade tenha que ser reduzida, a possibilidade de as alertar.

O Senhor Miguel Pinto referiu que, e nota com agrado que tenham sido explanados e trazidos para a sessão os assuntos constantes das redes sociais, mas apenas irá abordar a placa de sinalização “Vilar Formoso Oeste”.

Evitando se é relevante a questão de ter ali a placa de Vilar Formoso Oeste ou só Vilar Formoso já do lado Espanhol, colocaria a questão se estaria bem colocada Vilar Formoso Oeste na sua configuração atual, porque a seu ver está a ir para o lado Este de Vilar Formoso, por isso crê que a Placa não estará bem colocada.

Deu também os parabéns à Câmara Municipal pela colocação dos outdoors quer na autoestrada quer nos meios urbanos, verificando que foi uma luta de alguns meses, quase anos, mas tem que dar os parabéns porque foi algo que definitivamente era necessário, colocando apenas a questão se as lonas que foram colocadas permitem que sejam retiradas e colocadas novamente ou se não permitem a reutilização.

Dar ainda os parabéns sobre a colocação em Diário da República da Contratualização do Projeto de Execução do Espaço Multifunções de Almeida, o qual é extremamente necessário para a Vila.

Colocou também a questão sobre o andamento do processo da Porta de Portugal, sobre o andamento da ligação da Autoestrada Vilar Formoso, junto ao Restaurante do Turismo, relativamente ao Posto de Turismo Inovador porque também foi prometido, se existem novidades sobre isso ou está tudo estagnado.

Finalmente deu os parabéns sobre o “Almeida Virtual Ativa”, na qual teve a oportunidade de se inscrever e se consegue participar em todas as iniciativas que fazem parte, mas crê que é algo verdadeiramente necessário para começar o bem-estar e a saúde dos Municípios, achando que este tipo de iniciativas poderá ser depois replicado assim que haja um desconfinamento mais normalizado, relativamente aos espaços municipais de desporto, nomeadamente os ginásios e as piscinas municipais.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Paraça e Cabreira referiu que, a razão de não estar presente na sessão da Assembleia Municipal do dia 25 de abril se deveu ao facto de não ter recebido a convocatória e gostava que a respetiva falta fosse justificada, pensando também que, por motivo da pandemia a mesma não se realizasse.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões que lhe foram colocadas.

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, informou de que, comunga totalmente da preocupação que transmitiu sobre as reformas dos médicos que se aproximam e da dificuldade que mesmo assim existe da falta de médicos porque houve a saída de dois e apenas a entrada de um, informando que no final de março, início de abril quando foi feita a entrega da carrinha elétrica ao Centro de Saúde de Almeida, no âmbito do projeto da CIM e logo a seguir houve a visita do Conselho de Administração e foi essa a maior preocupação que colocou. Reforço de médicos no Centro de Saúde de Almeida e Extensão de Vilar Formoso, porque já existia o défice e agora ainda iríamos piorar, porque como resposta lhe foi dito sobre a dificuldade que está a existir na fixação de médicos nos Concelhos limítrofes, mas como na própria cidade da Guarda, transmitindo que vão ter uma décalage de quarenta médicos já nos próximos dois anos por motivo de reforma, não havendo colocação de novos médicos.

Referiu que é um assunto que merece uma Moção a ser apresentada na Assembleia, exultando todos para isso, a fim de se poder remeter ao Ministério da Saúde e Governo, tendo em conta que é uma situação urgente para se resolver e é uma preocupação que se deve ter e pugnar pela qualidade de vida.

Em relação às questões do Senhor Joaquim Lages e sobre o Parque TIR do programa e acordo que houve com o grupo de trabalho do Governo é uma das obras que está mais avançada e aquela em que já está aprovada a solução a aplicar, havendo uma ligação para dentro de Vilar Formoso e constituição do Parque TIR nos meses de maio, junho ficará feito o Estudo Prévio e em condições de ser aprovado para posteriormente passar ao projeto de execução.

Mais informou de que é um daqueles projetos que já está no Ministério das Finanças para ser aprovado, esperando que possa haver um reforço das verbas com o plano de resiliência, porque o dinheiro que está previsto e já transmitiu à Ministra da Coesão que é insuficiente para cobrir toda a despesa que é necessária realizar nesse contexto. Existe ainda outro projeto que também já está em curso, mas depende da conclusão do anterior que é a ligação ao Nó que está localizado no lado Espanhol junto à Fronteira, reivindicação que também é feita, mas não sabe se vai ser apoiado, no entanto, continuar-se-á a lutar para esse efeito e como disse é daquelas obras que é necessário fazer e virá à Assembleia para se votar caso seja necessário contrair empréstimo para a sua execução.

Em relação aos sobrantes da atividade agrícola, referiu que não consegue responder, mas pensa que o Senhor Vice-Presidente poderá dizer alguma coisa sobre o assunto.

Relativamente às pombas da Escola, informou de que remeteu o assunto para o Veterinário Municipal tratar do mesmo e informou que, no Memorial Aristides Sousa Mendes o assunto foi resolvido com duas intervenções, mas neste caso terá de ser resolvido com a Delegada Regional do Ministério da Educação, porque possivelmente ao estarem condicionadas a permanecer no local, haja uma transposição, mas estão abertos a ajudar e colaborar nas soluções e fazer o respetivo trabalho.

Sobre os caminhos agrícolas informou que, é verdade, acrescentando que já há mais de quinze anos não houve programa algum que lhes permitisse fazer isso.

Sobre a Balança não estar a funcionar esclareceu que, não tinha conhecimento, no entanto, irá procurar saber o que se passa.

Em resposta ao Professor Gonçalves e em relação às redes sociais, concordou e referiu que não fica à espera que o Mark Zuckerberg lhe dê resposta porque se ficasse à espera ainda agora estaria à espera dessa questão, também entra nas redes sociais, mas não participa nelas da forma como é feita e por algumas pessoas, ficando isso na consciência de cada um.

Em relação às questões concordou que devem ser procuradas, se são defeito, se são questões mal feitas compreende que as entidades devam ser proativas e tentarem arranjar soluções.

Sobre a Eurocidade informou que, da responsabilidade da Câmara houve um atraso no mês de janeiro em relação aos Estatutos, mas entretanto, puderam contactar a Secretária de Estado para a Valorização do Interior há três/quatro semanas atrás e já esteve com a Senhora na Guarda numa apresentação de um programa onde estava um trabalho com o Escape Livre, estava também presente a Territórios do Côa que, o informou que estavam os estatutos aprovados, havendo um período de um mês em que os processos passam nos Ministérios e depois remetidos para os promotores, esperando que em maio início de junho estejam em condições de acelerar o processo da Eurocidade.

Respondendo às questões da Dr<sup>a</sup>. Catarina e sobre o programa de “Almeida Ativa”, concordou que é um projeto interessante e tem-se vindo a falar dele até de uma forma mais física e acelerou-se para uma forma mais virtual, sendo um processo que deve ser continuado e levado para diante com outro processo em paralelo e que fala nele porque trabalha com as Associações também nesse sentido que é também a criação de uma Universidade Sénior que, pode até não ter muito a ver uma coisa com a outra, havendo formas de se fazer coincidir e se poder lançar.

Sobre o problema da Ciclovía já está identificado há já algum tempo e não funcionou bem a solução que foi preconizada para o espaço, mas os serviços estão a tratar da substituição por material em madeira, mas novo, porque o existente não foi uma boa opção.

Sobre os cães de guarda dos rebanhos nas muralhas, informou que, a Câmara Municipal ainda não é, mas deveria já ser detentora e ter capacidade para fazer a gestão de toda a envolvente e dos fossos e de alguma forma poderem ser os responsáveis reais e fazer a manutenção da Estrela e de toda a sua envolvente. A Câmara mostrou que estava disposta a isso aquando da delegação de competências e que foi aceite, mas não houve avanços suficientes sobre a matéria e a preocupação que é colocada vai ser remetida ao Veterinário Municipal, porque existe a ligação do rural que também tem o seu interesse em existir, mas se está a verificar-se o ataque dos animais deve ser controlada o máximo possível.

Sobre a marca “Estrela da Paz”, o Senhor Presidente informou que, não há marca “Estrela da Paz” no Concelho, mas sim a marca de um serviço que, se chamava “Almeida Sim” e agora foi escolhida a marca “Estrela da Paz” para o serviço, sendo as marcas do Concelho que são duas “Almeida Estrela do Interior” e “Vilar Fornos Fronteira da Paz” e poderá haver uma terceira marca que já o referiu várias vezes e que está relacionada com o Côa. Sobre ser religiosa ou não isso já o transcende completamente e não era essa a intenção quando foi feita essa junção, mas em termos simbólicos tem a sua importância e deve ser dada muito mais que criticar seja aquilo que for.

Sobre a questão da pressão de água em Aldeia de S. Sebastião, referiu que, se está atrasado na resolução de problemas, mas já estão identificadas as intervenções a fazer, estando algumas já dentro dos projetos que estão a ser lançados, pensando que com a conclusão dos mesmos e a realização das obras se minimize esse impacto e a questão de Aldeia de S. Sebastião fique resolvida também. A questão da Miuzela não está assim tão resolvida, mas continua-se a trabalhar nesse sentido. Relativamente à Freineda é preciso a construção de um reservatório para a melhoria de pressão, assim como na Parada, e tudo se fará para que os projetos avancem porque é também sua vontade para que isso aconteça.

Em relação aos passeios em Aldeia de S. Sebastião, referiu que, não se conseguem colocar passeios em todos os locais, porque a largura que está prevista só é possível na entrada da Aldeia e na maior parte do seu trajeto não é possível fazê-los com a devida largura, mas em relação à pintura, lombas, sinalização sim é possível fazer-se. Foram feitos programas de sinalização, com  $\frac{1}{4}$  do Concelho abrangido e este ano far-se-á outro quarto, tendo sido esta a metodologia que tem sido adotada e tentado implementar-se, mas todos os anos com intervenção nas pinturas rodoviárias no sentido de se irem mantendo sinalizadas, notando-se uma degradação maior nos locais onde as faixas de rodagem são mais estreitas como é o caso dos caminhos agrícolas e onde há mais dificuldades nas inclinações e a existência de areias que ajudam e muito a erosão e



desgaste da pintura, mas se a de Aldeia de S. Sebastião não está pintada é uma daquelas que pode ser feita ainda este ano.

Sobre as Infraestruturas de Portugal nomeadamente a falta de equidade e tratamento da forma mais correta, referiu que é funcionário daquele Organismo e sabe muitas vezes porque as coisas são feitas daquela forma, não explicando os porquês, se tratam bem não, porque estão a tratar à pressa, ou seja o que está a ser feito é que não é possível negociar com as pessoas e a obra tem que arrancar porque já passou demasiado tempo e para isso há uma forma de resolver, pedir declaração de utilidade pública que é para obrigar a ter autorização para entrar nos terrenos, colocando as pessoas entre a espada e a parede, com valores da avaliação que foram feitos por técnicos especialistas e classificados para fazerem essa avaliação e depois só existem duas formas de tratar, ou há acordo ou então a via judicial. O método deveria ser falar com as pessoas e resolver os assuntos com equidade, mas muitas vezes não é feito dessa forma porque os projetos e impactos ambientais começam a ficar caducados o que obriga a reiniciar os processos e por isso muitas vezes são utilizados esses métodos.

Em relação aos restantes temas referiu o Senhor Presidente que, nunca foram tratados em condições, apenas tendo sido comunicado para que houvesse esse tratamento.

Sobre os caixotes do lixo, nomeadamente a lavagem e tudo o que a eles está relacionado, informou que, tem havido negociações para que fosse adquirida uma casa que está junto ao local para esse efeito. Reparou que nas redes sociais a fotografia ficava muito melhor sem os caixotes do lixo e não tem dúvidas, mas de igual modo disse ao Senhor Presidente da Junta que, ainda estão melhores após o tratamento que lhe fez quando os pintou de uma cor menos visível, mas não deixa de ser um elemento que pertence ao mobiliário urbano e com necessidade de ser utilizado e em local acessível e com o máximo de civismo.

Quanto à lavagem ter de ser a Junta de Freguesia a fazê-lo, informou de que iria referenciar essa questão à empresa adjudicatária, porque não é da sua competência, informando de que a empresa de recolha tem que fazer duas lavagens anuais e é da sua responsabilidade de tudo o que tiver de tratar, tendo a Câmara com a Associação de Municípios contratado mais duas lavagens anuais e aí sim entram os funcionários da Câmara com a empresa de recolha com articulação entre as partes.

Em relação à sinalização de Vilar Formoso, na autoestrada informou de que existem diversos erros, assim como a indicação de Freineda que também está errada, tendo sido um erro de quem fez o projeto e quem aprovou a colocação. Todas as sinalizações devem cumprir regras que estão escritas em forma de Regulamento e forma de manual de sinalização. A sinalização que estava nesse ponto era “Vilar Formoso Centro” e essa é a indicação que deve constar. Agora há a necessidade de haver um novo Nó que está do lado de Espanha e também fazer sinalização para Vilar Formoso há e a sinalização deve ser consonante entre as duas para poder haver, mas tem que haver da parte das Infraestruturas essa reivindicação não foi para o Mark Zuckerberg, mas foi diretamente com as Infraestruturas de Portugal e tem que ser colocada também nas vias que estão do lado Espanhol para fazerem indicação para Vilar Formoso que é o que se pretende. Todas essas questões já foram colocadas há muito tempo, tendo voltado a ser reforçadas e entregues em rascunhos feitos por um técnico das Infraestruturas de Portugal que agora está nesta Assembleia com as funções de Presidente da Câmara e espera que peguem nos elementos e sejam aplicados no terreno de acordo com as regras.

Respondendo ao Senhor Presidente da Freineda, informou de que é do seu conhecimento que houve a possibilidade dessa transferência para o espaço poder ser utilizado, mas não tem qualquer conhecimento que tenha havido qualquer evolução sobre o assunto, mas vai procurar saber.

Sobre as lombas, a falta de pintura e falta de sinais, acrescentou a falta de planeamento e a falta de equidade de quem está a executar os trabalhos porque a empresa que os está a fazer tem uma forma peculiar de trabalhar e obriga muitas vezes os Serviços a redobrar os trabalhos e não conseguir acompanhar as asneiras que vão sendo feitas. O projeto é feito de acordo com o manual da ANSR, para colocação deste equipamento e se houvesse um planeamento poderia colocar-se primeiro a sinalização, tapá-la e fazerem-se as lombas e ter prevista a pintura a seguir o que seria lógico e de acordo com as regras colocada a 150 m do perigo, no entanto, irá alertar para que tudo seja cumprido.

Relativamente à questão do Senhor Miguel Pinto como atrás informou que, a placa de Vilar Formoso deveria dizer centro e não oeste nem este, assim como a indicação de Almeida deve estar em fundo castanho com a simbologia de Aldeia Histórica, bem como, deve indicar Figueira, Sabugal que são as distâncias de 1º e 2º grau que se seguem. Em termos de sinalização local deve ser colocado Castelo Bom, Freineda, Castelo Mendo, Nave de Haver porque são as Freguesias mais próximas e que se houver espaço devem ser colocadas, assim como os equipamentos industriais e comerciais que existam também nas proximidades.

Em relação aos outdoors, referiu que existe sempre a possibilidade de as lonas serem reutilizadas desde que o sol não as danifique. Trata-se de um processo já com algum tempo e a Câmara está na fase do lançamento do projeto.

Sobre a pergunta da Eurocidade e protocolo com o Governo, o Senhor Presidente informou que, não foi possível fazer reuniões presenciais, não havendo por isso avanços significativos e ainda não viu a entrega da solução da Forta da Europa da parte do Turismo de Portugal que ficaram de entregar uma proposta sobre a utilização da zona da Fronteira, nomeadamente do Edifício da Autoridade Tributária e onde funciona o CEDET, estando ainda atrasada essa entrega. Mais referiu que, pediu à Ministra da Coesão para ser feita uma reunião com o Grupo de Trabalho, a qual poderá ser marcada para o início do mês de maio ou junho, para se poder encetar e ver como os assuntos irão ser resolvidos. Esclareceu que onde houve mais avanços foi na implementação do Parque TIR.

Sobre a questão do Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, o Senhor Presidente esclareceu que, não sabe o que se passou, mas que se iria averiguar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e após consultar o colaborador, foi esclarecido que o registo existe (AR) foi assinado por Bernardete Santos e que provavelmente a convocatória não lhe teria sido entregue por razões que desconhece.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara o qual informou que após contato com a RESISTRELA a quem tem pressionado, e inclusivamente foi feito um questionário protestando diversos serviços que não são devidamente executados e como resposta leu um e-mail daquela entidade em que refere que como a recolha de sobrantes da atividade de construção civil e agrícola e de acordo com o contrato de concessão a gestão destes resíduos é considerada uma atividade não regulada e como tal não podem efetuar essa gestão.

Mais referiu que, a RESISTRELA tem muitas ações para serem desenvolvidas diretamente com a população, mas por motivo da pandemia tiveram que ser suspensas.

Informou que, sobre estas duas matérias a Câmara tem protestado imenso, mas infelizmente a resposta foi a que divulgou.

Relativamente ao exposto pela Dr<sup>a</sup> Catarina concordou e como complemento ao que o Senhor Presidente da Câmara disse e relativamente ao símbolo “Estrela da Paz” que deve ser entendido como uma prestação de serviços e não como uma marca do Município. Mais referiu que, através de um plano de marketing da UBI há anos “Almeida Estrela do Interior” é uma marca territorial e não se podem confundir marcas de serviços com marcas territoriais, devendo haver o máximo de cuidado e é essa a sua posição que expressa publicamente.

Quanto à sinalética das lombas, lamentou profundamente que, o empreiteiro não tenha feito como o Senhor Presidente referiu, o devido planeamento, porque quando se executa uma obra daquelas deve ser planeada ao ponto de serem previstos os sinais o que é lamentável.

Mais referiu que, sabe que o Senhor Engenheiro Xavier tem feito pressões e nomeadamente por escrito de que a empresa devia já ter feito há muito tempo a reposição do que tem que repor. O tempo está bom, mas sabe que tem havido avarias nos sistemas da empresa, mas não justifica tudo. Referiu ainda que, ao longo da história dos últimos quinze anos não tem havido penalizações como deveria haver, sendo apologista disso, seja quem for o empreiteiro a partir do momento que ultrapassem o que está contratualizado, devendo a Câmara repensar aplicações sancionatórias para quem não cumprir os contratos.

Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos, concordou absolutamente com o Senhor Presidente de Junta de Castelo Bom e dizer que a empresa deve ressarcir a Junta de Freguesia, tendo noção que solicitou isso mesmo à Junta, informando que está a utilizar uma viatura com um porte superior que quando chegam a Castelo Bom não entram, por isso necessitam da intervenção da Junta, sendo justo que seja ressarcida.

Em relação à transferência de competências para a Câmara referiu que, lamentavelmente as aprovadas na Assembleia Municipal, deveriam ser menos burocráticas nomeadamente ao que a Dr<sup>a</sup>. Catarina referiu e nunca mais se processa, apenas o Edifício da Antiga GNR, fruto de muita intervenção e “influência” para que neste momento se possa dizer que o projeto deste edifício esteja numa plataforma pública para execução do mesmo.

Em relação à vacinação o Senhor Presidente disse que houve várias fases em que os funcionários foram interpelados para poderem ser vacinados. Em primeiro lugar foi o Presidente da Câmara que, foi indicado e autorizado para fazer a vacinação e não concordou logo numa fase inicial e não foi vacinado. Depois veio a questão da Proteção Civil em que os funcionários foram referenciados e autorizados para fazer a vacinação, havendo depois a referência dos Serviços de atendimento ao público e ainda não foram todos, existindo uma listagem no Centro de Saúde à espera de serem vacinados, e pela prioridade que referiu.

O Senhor Presidente da Junta de Freineda referiu que, gostaria que todos os funcionários estivessem vacinados, assim com todos nós, mas por vezes são lançados rumores que não ficam bem a ninguém e daí o seu pedido de esclarecimento, ficando

contente por estarem a ser seguidos os procedimentos que são determinados para todo o País.

Ainda em relação à Estação da Freineda não ficou bem esclarecido, tendo o Senhor Presidente dito que não sabe bem o que se passou no processo e ele como disse obteve as informações de uma forma casual, porque está a ser intervencionado o edifício e em conversa foi-lhe perguntado se a Junta de Freguesia tinha desistido do Edifício, o que achou estranho e procurou saber porque não fazia sentido porque a Junta manifestou que tinha interesse que lhe fosse cedido o Edifício da Estação para várias valências, isto informalmente, mas pode formalmente tentar saber o que se passa. No entanto, as Infraestruturas de Portugal, apenas negocia com a Câmara diretamente e depois esta cederia à Junta de Freguesia, mas o que lhe transmitiram foi que o processo teria vindo para a Câmara Municipal e nunca chegou à Junta de Freguesia e perguntou se o Senhor Presidente vai abordar este caso e tentar reativar o processo porque a Junta tem todo o interesse em que o edifício lhes fosse cedido, porque ao não ser utilizado está a entrar em estado devoluto como se não tivesse vida.

O Senhor Presidente respondeu que, se irá trabalhar nesse sentido e questionar qual o tipo de intervenção e se continua aberta essa possibilidade, se for cedido à Câmara Municipal saber as condições e depois ceder à Junta de Freguesia, não vendo inconveniente nenhum nisso e se houver projetos muito melhor.

## **II – Ordem do dia;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida aos pontos da ordem do dia.

### **1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre este ponto referiu o seguinte:

Trata-se de um documento que reflete o que foi feito neste período é claro e conciso, ficando disponível para esclarecer quem desejar intervir.

O Senhor Miguel Pinto perguntou em que pé se encontra o Acompanhamento e Apoio na Elaboração da Candidatura do Cadastro Simplificado, achando que é uma medida de grande relevância.

O Senhor Presidente da Câmara, informou de que, houve diversas reuniões sobre a matéria e que se trata de uma candidatura feita pela Comunidade Intermunicipal em parceria com as Câmaras Municipais em que ele desde o início mostrou interesse em participar no projeto e já teve várias evoluções até no sentido menos positivo, porque se criou a expectativa de se poder contratar uma equipa de técnicos que depois poderiam trabalhar nas próprias Juntas de Freguesia de forma descentralizada para poderem fazer o levantamento do cadastro. É um projeto importante para os territórios e neste momento está-se a trabalhar com outra questão que é um projeto do Governo designado por EBUPI e tem o mesmo objetivo, estando a tentar conciliar-se os dois projetos, aguardando-se que, o mesmo seja aprovado para depois se colocarem meios no terreno que a Câmara por si só não tem para poder dar resposta que, correndo bem trará os seus frutos.

## **2 – Proposta de adesão à ANAM – Estatutos;**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi explicado que se trata de uma proposta sua e que a ANAM é uma Associação de Assembleias Municipais e como puderam verificar pelos Estatutos a Associação foi constituída por escritura pública em 07 de maio de 2016. Informou que 80% ou mais dos Municípios Portugueses já aderiram, mas em primeiro lugar quis antes da adesão ver qual o trabalho e se efetivamente valia a pena fazer a proposta de adesão e segundo os e-mails enviados verificou que têm feito um trabalho que lhe agrada, nomeadamente a nível de publicações que achou interessantes, importante e necessário fazer-se a adesão à ANAM.

A metodologia proposta pela ANAM e que outros Municípios seguiram foi a de em primeiro lugar se votar a adesão ou não, depois propor à Câmara para deliberar no mesmo sentido e novamente ser submetido o assunto à Assembleia Municipal para adesão definitiva.

Sobre o assunto o Senhor Miguel Pinto perguntou qual a quota que irá ser paga pelo Município para adesão à ANAM. Teve o cuidado de auscultar outros deputados municipais do Distrito que fazem já parte da Associação e o feedback que obteve foi de que não há grande atividade para além daquela que é pública. Mais referiu que outro facto que achou estranho foi o facto da transparência uma vez que as contas são só para visibilidade dos associados através da colocação de uma senha. Tendo em conta que o assunto voltará à Assembleia Municipal colocou as questões para serem esclarecidas, nomeadamente o custo benefício da adesão a esta Associação.

O Senhor Presidente da Assembleia informou de que, sobre a quota existe uma décalage em função do número de eleitores e os Municípios até 10.000 eleitores com é o caso do Concelho de Almeida tem uma quota anual de 1.000,00 € (mil euros), sobre o resto não tem acompanhado e apenas esteve num congresso como convidado, não tem seguido de perto a atividade da Associação e o que conhece como já referiu é apenas da documentação que recebe, parecendo-lhe que tem havido informações bastante interessantes, sobre contas e o resto não pode dizer mais porque ainda não somos sócios. Informou que também tem feedback de outros Presidentes de Assembleias Municipais que o incentivaram a aderir e dos 308 Municípios mais de 250 já aderiram, porque acharam que tem interesse, mas até à próxima sessão da Assembleia de junho vai tentar saber mais sobre o funcionamento e depois ver-se-á se interessa a adesão ou não.

Assim sendo o Senhor Presidente propôs que, o assunto fosse apreciado pelo Executivo da Câmara Municipal sobre a adesão à ANAM.

Colocada a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

## **3 – Subsídios a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida – alínea j), do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o assunto referiu que, são duas questões distintas uma delas refere-se ao arranjo de caminhos não pavimentados onde existem moradias e o outro refere-se à toponímia da Vila de Almeida Extra Muralha com a atribuição de um subsídio de 100% no que se refere ao projeto e 50% no que se refere aos materiais, que foi o que se fez em relação às restantes Freguesias.

Sobre o assunto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, referiu que, também tinha efetuado um pedido para aquisição de equipamento informático, perguntando sobre qual o ponto de situação.

O Senhor Presidente informou que, o pedido ainda não foi à reunião do Executivo, porque também não foi apurado o real valor, mas logo que o assunto seja tratado, será presente aos respetivos órgãos para aprovação.

Pela Dr<sup>a</sup> Sónia Cunha foi deixada uma referência, lamentando que, com os míseros 2.000,00 € e umas carradas de tout venant resolvam o problema dos acessos que prevalecem há mais de 30 anos e que constam do pedido.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, perguntou se o apoio era para Placas de Ruas, sugerindo que estas placas e a exemplo da Câmara do Sabugal têm todas um aspeto similar em todas as Freguesias, por forma a evitar que os Serviços de Correios que está a ficar cada vez pior fruto da redução de custos por parte dos CTT's e aumentar os lucros.

Em relação a Vilar Formoso os carteiros têm referido a degradação das placas e como existem placas de várias formas, pretendem fazer a substituição dessas placas e seria bom que a Câmara adotasse um critério uniforme para todas as Freguesias.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda referiu que, já se manifestou diversas vezes sobre a discordância da necessidade destes assuntos serem presentes à Assembleia Municipal, mas sobre o caso concreto perguntou se a legislação estará correta, ou se foi alguma gralha.

O Senhor Miguel Pinto questionou se há previsão para conclusão dos arruamentos mencionados no pedido e se há qual é a urgência de se fazer com tout venant que após duas ou três trovoadas regressa tudo ao mesmo, parecendo-lhe que se trata de uma obra em cima do joelho só para mostrar alguma coisa antes dos próximos atos eleitorais, no entanto, pensa que são obras necessárias, devendo ser executadas com pés e cabeça, em alcatrão, calçada analisando o que melhor seja para a zona.

O Senhor Presidente em relação à toponímia informou que, as placas não são todas iguais, mas todas se enquadram no mesmo Regulamento, estando definidos materiais de acordo com a especificidade do local em si, optando-se pelo material de acordo com o Regulamento.

Em relação ao que foi dito pela Dr<sup>a</sup> Sónia, informou que, não são esses míseros 2.000,00 €, que resolvem os problemas, mas sim com intervenções profundas, mas como o assunto é da responsabilidade da Câmara por isso é feito o apoio.

Respondendo ao Senhor Miguel Pinto, esclareceu que, estas obras estão planeadas, ainda não têm projeto nem o financiamento necessário. Existem projetos que estão numa fase mais avançada, mas sem condições de poderem ser lançados, mas logo que haja condições irá tentar resolver essas necessidades.

Em relação à questão do Presidente da Junta de Freguesia de Freineda e após feita a pesquisa verificou-se que existe um lapso no número que deve ser o "1" e não o "2", propondo o Senhor Presidente da Assembleia a respetiva correção a qual foi aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a atribuição dos subsídios à Junta de Freguesia de Almeida nos termos da alínea j), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a votação, tendo sido aprovado, por maioria, registando-se três abstenções.

#### **4 - 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre a 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 referindo que, existe alguma dificuldade na área de recursos humanos, sendo urgente fazer o reforço e a alteração diz respeito à inclusão de melhoria na parte do pessoal de um Técnico Superior.

Pelo Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira foi dito que, lhe é sempre difícil analisar este documento e solicitou que, se o mapa pudesse ser mais clarificado para se entender melhor e se possível for as Uniões e Juntas de Freguesias saberem quando há concursos abertos por forma a poderem incentivar os jovens das Freguesias a concorrer às diversas áreas e ser-se mais parceiros e solidários com as gentes do Concelho.

Pelo Senhor Professor Gonçalves também foi dito que, tem alguma dificuldade em ler o documento, solicitando que, se fosse possível lhe fosse explicado quais as alterações que são propostas por forma a todos ficarem com uma ideia mais clara.

O Senhor Presidente explicou que a única alteração é no reforço da Divisão Administrativa em que aparece um Técnico Superior.

Sobre a questão do Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira o Senhor Presidente reconheceu que não é de fácil leitura, nomeadamente para quem não está habituado. Em relação ao resto esclareceu que, os concursos são publicados no Diário da República e de forma Universal, não podendo ser dirigidos apenas para pessoas do Concelho, mas não existe mal algum arranjar mecanismos para que, de alguma forma chegue aos nossos jovens.

Colocada a 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

#### **5 – Projeto de Regulamento Cartão Mais Família;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual referiu que, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal foram introduzidas as respetivas alterações / sugestões, e o regulamento ganhou uma nova versão dando resposta a todas as reivindicações, pensando que está em condições de ser aprovado e entrar em vigor após a sua publicação definitiva.

Não havendo intervenções a fazer o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Projeto de Regulamento Cartão Mais Família e votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

#### **6 – Projeto de Regulamento de Cedência de Lotes no Loteamento Industrial de Vilar Formoso – 2ª Alteração;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual explicou que, a alteração se deveu ao esforço que a Câmara tem vindo a fazer para ficar com os lotes industriais onde nada foi feito, mas continua-se a sentir a necessidade da reversão dos lotes para poderem ser cedidos a novos investidores como recentemente dois deles foram satisfeitos. Mais esclareceu que, o ponto da reversão é necessário que exista para quando as coisas não forem resolvidas de forma amigável e os processos passem para o foro jurídico este ponto é

essencial que conste do regulamento, pensando que assim está em condições de ser aprovado e entrar em vigor após a sua publicação definitiva.

Pelo Senhor Frias foi dito que, aproveitou este ponto para colocar várias questões e relativamente às reversões e se bem se recorda no regulamento inicial e antes da segunda alteração essas reversões estavam previstas e só depois de ler o documento é que verificou que, em 2006 não sabe o que se passou tanto a nível de Executivo e Assembleia foi retirado esse ponto do Regulamento e esta redação é precisamente a que estava no primeiro Regulamento. Entretanto e vai ser claro houve uma indemnização que o Município pagou 6.750,00 € para a reversão de dois lotes, nomeadamente os lotes números 23 e 24, aproveitando para dizer que a Câmara está a ser representada neste caso concreto por uma Senhora Advogada extra serviço não sabendo se tem ou não algum contrato com a Câmara e não pelos Serviços Jurídicos do funcionário que faz parte do Quadro de Pessoal da Câmara. Frisou ainda uma situação importante e que não o deixou nada contente e que quer confirmação, se os lotes foram pedidos e cedidos e que com certeza já houve deliberação e se se trata dos lotes 23 e 24, porque como já foi dito e as redes sociais só são uteis para algumas coisas ou quando nos interessa, porque após um dia da deliberação e uma notícia por parte do Município em que no seguimento do processo da reversão, mas não se explicou como foi a reversão dos lotes e era interessante ter-se cortado e que de imediato foram cedidos a duas empresas. Mais referiu que sabe o ano em que se está, já viveu outros períodos idênticos que costumam ocorrer de quatro e quatro anos e por acaso é sempre em ano ímpar, ficando preocupado porque a tão necessária igualdade para todos, pareceu-lhe que não foi espelhada, como aliás a quantos pedidos de solicitação de lotes foi respondido que não havia lotes disponíveis – “n”. Como é que alguém e com toda a boa fé que queira ter e com toda a bondade dos futuros investidores que queiram construir nesses lotes. Uma comunicação que é feita à Câmara e um dos documentos está datado de 13 de abril é despachado para a reunião de Câmara no dia 14 do mesmo mês de 2021, curiosamente o documento dá entrada dia 15 também do mesmo mês e o que estranha é a rapidez na resolução da cedência dos lotes. Explicou que já durante este mandato fez um pedido a um cliente e o Senhor Vice-Presidente lhe respondeu que não havia lotes disponíveis e estes dois empresários tiveram logo a sorte de não entrarem em nenhuma lista de espera e terem de imediato acesso aos lotes. Acha que o Regulamento deveria ter sido melhorado ao ponto de prever este tipo de situações e gostaria de ser esclarecido sobre quantos mais lotes disponíveis existem neste momento no Parque Industrial de Vilar Formoso, chamando a atenção sem querer com qualquer intuito de lançar confusão, mas como é possível o Senhor Presidente despachar um documento no dia anterior da sua entrada nos Serviços.

O Senhor Presidente explicou que, o que diz é um visto para dar entrada já com o despacho e depois vai para os Serviços para a entrada e o despacho é no sentido de ir à reunião da Câmara e essa questão está completamente explicada porque quem abre a correspondência é o Presidente da Câmara ela é vista e muitas das vezes é feito o despacho já dirigido para o que tem que acontecer, outras vezes é feito o visto e dá entrada normal que é para seguir os trâmites pré-estabelecidos. Sobre a rapidez ou não tenta-se dar resposta a todos aqueles que nos questionam até porque infelizmente não são “n” de pedidos que entram e tomara a Câmara que houvesse “n” de pedidos para se poder dar resposta, mas sobre o assunto dá-se a coincidência que mesmo ontem durante a tarde estive com mais um empresário que também pode estar interessado em construir num equipamento que está abandonado, mas que lhe pode interessar, isto só para dizer que muitas vezes num período curto acontecem muitas coisas e num período longo não



acontece absolutamente nada. Sobre a questão do pedido ter sido feito, lembra-se de ter tido uma conversa há alguns anos de haver essa possibilidade, mas não soube de mais nada. Existem mais lotes que possam vir a estar disponíveis, mas ainda há um processo em alguns casos legal para se conseguir a reversão, noutros pode haver acordo porque estão em processo de insolvência, há outros que foram vendidos pela Repartição de Finanças, tendo as pessoas os adquirido em leilão porque não havia o artigo da reversão e haveria sempre a possibilidade da Câmara ficar com eles pelo valor da sua venda. Relativamente à pessoa que está a fazer as alterações tem um contrato de prestação de serviços, porque os serviços não conseguem ser ágeis o suficiente para se efetivarem as escrituras e não está a falar das internas, mas sim das externas, porque para se marcar uma escritura na Conservatória é difícil e muitas vezes se recorre a Notários externos para agilizar os procedimentos e acrescentou que, se houver alguma intenção de aquisição de lote é melhor referenciá-la para poder ser tratada.

O Senhor António Frias reportou-se ao ano 2006, perguntando o que se teria passado para ser tomada a decisão de suprimir o artigo da reversão, além de outra coisa que é importante e já o regulamento o prevê que é a ordem de preferência que tem de ser cumprida.

O Senhor Presidente esclareceu que um dos pedidos é recente, mas o outro já tinha mais de um ano.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que na altura foi o Senhor Diretor de Departamento que propôs isso, mas também não compreende como tudo aconteceu.

Não havendo mais intervenções a fazer o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Projeto de Regulamento de Cedência de Lotes no Loteamento Industrial de Vilar Formoso – 2ª Alteração a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

#### **7 – Verificação das contas anuais do Município de Almeida por Auditor Externo – Nº 1, do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro – Nomeação do Auditor Externo;**

Sobre o assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual explicou que, foi contactada a empresa que está a prestar o serviço, tendo sido efetuada uma consulta prévia, foi aberto o procedimento e foi adjudicada a prestação de serviços a empresa Cascais Pega Magro e Roque SROC, Lda., por Ajuste Direto, com a cláusula da Assembleia Municipal aprovar a escolha da entidade adjudicatária que foi feita pelo Executivo nos termos da Lei 73/2013, de 03 de setembro, para posteriormente ser efetuado o respetivo contrato. A empresa em causa tem dado resposta às questões de auditoria que têm vindo a ser feitas e algumas vezes de forma crítica e também propondo sugestões de melhoria, verificando-se que o computo geral é positivo.

O Senhor Professor Gonçalves perguntou se foi por este facto que as Contas que deveriam ser apresentadas no mês de abril à Assembleia Municipal não o foram.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que, não vieram no mês de abril porque há um atraso devido à mudança de sistema de contabilidade e também houve da parte da DGAL comunicação a dar a possibilidade de serem apresentadas até final do mês de maio e virem à sessão da Assembleia de junho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de adjudicação da Verificação de Contas Anuais do Município de Almeida por Auditor Externo – N° 1, do artigo 77° da Lei 73/2013, de 03 de setembro, ao auditor externo Cascais Pega Magro e Roque, SROC, Ldª., tendo sido aprovada, por unanimidade.

#### **8 – CPCJ – Conhecimento do Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Almeida (Ano 2020);**

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito que, este assunto não precisava de ser incluído na ordem de trabalhos, mas uma vez que lhe foi pedido daí a razão de constar da mesma, ficando ao dispor de todos para consulta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda referiu que, a sua questão tem a ver com o facto de na CPCJ estarem representadas várias entidades e nomeadamente a que representa a Educação. A pessoa em questão e no seu legítimo direito está de baixa médica e tem dezoito horas de serviço na CPCJ. Assim sendo pergunta se existe algum mecanismo para ser substituída, porque é das pessoas que está na Comissão Restrita é a que desenvolve mais trabalho com toda a relevância, uma vez que se está a tratar do setor da Educação e onde provavelmente são identificados mais casos. Usando da sua valência de Professor sente que há uma grande falta de articulação entre a CPCJ e a Escola, porque esta e não está a defender os colegas, mas reporta as situações, mas depois ou por uma questão burocrática ou por outras que desconhece, demora o retorno da informação das situações reportadas, perguntando o que está a ser feito para substituir o referido Professor que Representa a educação na CPCJ.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vereador Alcino Morgado o qual informou que, tem sido uma luta a nível da CPCJ, nomeadamente a Comissão Restrita e a questão da substituição e pode-se valer de dois membros da Assembleia Municipal que fazem parte da Comissão Alargada. Desde agosto do ano passado data em que o referido membro ficou de baixa procuraram junto da Comissão Nacional essa substituição, que carecia naturalmente de uma indicação por parte da Escola. Afirmou que, em todas as reuniões da Comissão Alargada têm falado, embora de forma informal, sobre essa questão que muito os preocupa e têm sido feitas diligências por parte da Comissão Restrita junto da Escola e tem havido um esforço também por parte desta, porque há troca de e-mails com a Comissão Nacional, dos quais têm conhecimento e neste momento o único entrave á a burocracia instalada na Comissão Nacional. Também é do seu conhecimento que a Comissão Administrativa da Escola já inclusivamente indicou um nome de um docente para poder o substituir, mas o que é facto é que não são dadas respostas. Afirmou também que há cerca de três dias o Presidente da Comissão Administrativa Provisória da Escola enviou novo e-mail para a CPCJ Nacional, questionando o porquê de não ser dado andamento ao processo, uma vez que até já tinha sido indicado o nome do substituto, mas o que é facto é que não existem respostas, por isso não depende deles porque estão a lutar com bastante dificuldade nesse aspeto porque sabem e reforçou a importância que esse docente tem na CPCJ, porque é ele que secretaria a Comissão e há todo um trabalho sendo essas dezoito horas bem empregues por esse elemento e que agora tem de ser assegurado por uma Técnica do Município e que acaba por absorver grande parte do tempo dessa Técnica, sendo a Câmara a principal interessada em que o problema se resolva. Mais referiu que, ele enquanto Presidente da CPCJ de Almeida, não corrobora da ideia que há falta de articulação com a Escola, porque até à data ainda não lhes foi feita sentir essa questão. Admitiu que a falta do elemento de ligação com a Escola que é

importantíssimo lhes causa alguns transtornos, mas os casos têm sido acompanhados e tratados da forma como o vinham sendo, admitindo também que é uma preocupação comum, esperando que haja uma desburocratização por parte da Comissão Nacional, no sentido de ser integrada a pessoa que a Escola indicou.

Aproveitou também para informar os Senhores Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia que CPCJ de Almeida, está inserida num projeto designado por “Projeto ADÉLIA” e que diz respeito à parentalidade positiva que se trata de uma forma de educar que quer ser alargada ao Território Nacional e às Comissões que resolveram aderir em que a Comissão de Almeida é uma delas, sendo uma das componentes do projeto é que várias entidades e nomeadamente a Escola com uma relevância maior e através de inquéritos feitos aos alunos dentro das Instituições que também são chamadas a depôr a preencher esses questionários e onde estão as Juntas de Freguesias. Alertou que nos próximos dias irão receber um e-mail por parte da CPCJ de Almeida no sentido de poderem responder ao questionário que é simples e que vem no google forms que depois de preenchido deverá ser submetido. Informou que depois será feito um Relatório Estatístico com base nas respostas dos alunos quer por parte das Juntas, que depois o projeto irá surtir efeito, apelando à compreensão e colaboração de todos.

O Senhor Professor Gonçalves referiu que, no início da sessão ter-se-ia levantado a questão e alguma dúvida relativa à pertinência do relatório e se era decorrente de alguma obrigação regulamentar do Regimento de Funcionamento Interno da Assembleia Municipal. Na realidade não é, mas é uma obrigação que o Senhor Presidente da CPCJ tem de acordo com o artigo 32º, ponto 2 de até ao dia 31 de janeiro, remeter à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público esse mesmo relatório, o que o deixa como é obvio muito satisfeito com a apresentação do mesmo nesta sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que apesar de ser só para conhecimento, houve até intervenções sobre o Relatório o que foi importante.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda disse que, não teve tempo de ler o Relatório, mas a situação que foi referida em relação ao representante da Educação e que o assunto está a ser tratado desde agosto de 2019, perguntando se a situação consta do Relatório.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, se a situação exposta não consta do Relatório a recomendação deverá ser feita.

#### **9 – Proposta de nomeação dos Júris dos procedimentos concursais para cargos de direção intermédia – Chefes de Divisão;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre a nomeação dos Júris informou que, a solução que foi encontrada e fruto de se fazer esta organização, ficando um dos Júris do Concurso de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira externo à Câmara e os restantes concursos fica sempre a pessoa que é responsável neste momento e que está nomeada em Comissão e responsável também pelo Serviço de Pessoal, ficando em todos os restantes concursos como Presidente do Júri, representando a Câmara. Todos os restantes elementos representam a parte científica ou Divisões de Câmaras vizinhas com experiência nas respetivas áreas o que permite dar algumas garantias para funcionamento dos júris, esperando que os concursos sejam lançados o mais rápido possível por forma a que os lugares sejam preenchidos e se poder dar outra dinâmica à Câmara.

Não havendo intervenções a fazer neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta de Nomeação dos Júris dos Procedimentos Concursais para Cargos de Direção Intermédia – Chefes de Divisão a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

### **10 – Moção – Pelo melhoramento das condições de serviço de internamento pediátrico do Hospital Sousa Martins – Guarda;**

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Moção que se transcreve, subscrita pela Dr<sup>a</sup> Mariana Estêvão:

“Pelo Melhoramento das Condições do Serviço de Internamento Pediátrico do Hospital Sousa Martins – Vivi na primeira pessoa a experiência de acompanhante de uma das minhas filhas no Serviço de Internamento Pediátrico do Hospital Sousa Martins, Hospital este que serve o nosso Concelho.

Permanecendo seis dias neste serviço, no final do mês de março. Os dias e as noites que aí passei, nos termos do direito que me pertence de acompanhar a minha filha hospitalizada, foram difíceis, os dias de internamento com um filho nunca são fáceis, muito menos num momento tão atípico como o que vivemos de pandemia.

As condições que o Hospital oferece, no que toca às instalações, equipamentos e demais condições de espaço físico, tanto para as crianças, como para os seus acompanhantes, também não facilitaram o processo.

Um Hospital que tem o selo de “Hospital Amigo dos Bebés”, que o certifica como promotor da amamentação materna, deveria também preocupar-se com os direitos referidos na “Carta da Criança Hospitalizada”, nomeadamente no que se refere a “oferecer às crianças um ambiente que corresponda às suas necessidades físicas, afetivas e educativas, quer no aspeto do equipamento, quer do pessoal e da segurança”.

De referir que no espaço reservado ao berçário:

- As paredes apenas se elevam a meia altura, tendo ligação com a sala de tratamentos e com a sala de trabalho de enfermeiros, o que não proporciona um ambiente apropriado ao descanso de um bebé pois não permite um adequado isolamento de luz e som;

- Não existem cadeiras “de papa” funcionais, tornando-se difícil a tarefa de alimentar crianças tão pequenas;

- O chão deste espaço tem diversos remendos, o que não é ideal em termos de segurança nem de higienização;

- Não é possível regular o aquecimento nesta área, o que obriga a manter uma fresta de janela sempre aberta, situação inapropriada para crianças em convalescença.

Em relação aos acompanhantes:

- Não dispõem de condições adequadas para o seu repouso nem para a sua higiene diária;

- Não existe sabonete para higienizar as mãos no refeitório dos acompanhantes, o que num Hospital em contexto de pandemia não tem justificação;

- Não lhes é prestado o apoio necessário, uma vez que por normas da Covid-19, só lhes é permitido deslocar ao refeitório e só lhes são concedidas 3 refeições, em horários muito específicos, o que nem sempre é possível quando estamos com crianças pequenas.

Já na altura do nascimento das minhas duas filhas, em setembro de 2018 e fevereiro de 2020, na maternidade deste Hospital, que se situa nesta mesma ala, me tinha deparado com problemas similares.

De referir que me cruzei com 4 profissionais de saúde oriundos ou com ligação ao nosso Concelho e que encontrei nestes e na grande maioria dos seus colegas muita humanidade, solidariedade, compaixão e empatia.

Delibera A Assembleia Municipal, reunida em 30 de abril de 2021, exigir:

- A requalificação do Pavilhão 5, destinado à tão prometida ala materno-infantil;
- A aquisição de equipamentos básicos no cuidado diário de uma criança, nomeadamente cadeiras de papa;
- A manutenção dos equipamentos existentes;
- A melhoria das condições de repouso e higiene para os acompanhantes desta ala;
- A atenção na reposição de consumíveis.

Sabemos que uma grande fatia dos Fundos Estruturais 2020/2027 serão destinados à saúde. É o momento para intervir no Serviço de Pediatria do Hospital da Guarda, repondo e dignificando as condições que as crianças deste Concelho e deste Distrito merecem.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda referiu que, não põe em causa a veracidade do que é dito pela proponente da Moção, mas o que é certo é que ela é apresentada e relatada na primeira pessoa como aliás é o que consta da introdução, achando que antes desta Assembleia assumir a responsabilidade de a aprovar, deveria fazer as diligências necessárias, junto da entidade em questão sobre a total do que aí é relatado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, nem ele nem o Presidente da Junta de Freineda querem colocar em questão a veracidade dos factos porque se sabe que estas coisas acontecem e ele próprio é testemunho disso, porque infelizmente há mais de vinte anos um dos seus filhos também passou por aqueles serviços, onde permaneceu quinze dias e a mãe tinha que vir tomar banho a casa, esperando que hoje as banheiras não sejam as mesmas.

Mais referiu que, segundo relatos recentes as obras são extremamente necessárias, por isso não põe em causa que tudo isto aconteça, não tendo problemas nenhuns em aprovar a Moção e apenas acrescentaria as entidades para quem será enviada.

O Senhor Presidente da Junta de Freineda referiu que, também não põe em causa o que a pessoa relata a questão é que era junto dos Serviços que deveria ser feita a reclamação individual e outra coisa é fazê-lo nesta Assembleia, ou seja, a Assembleia deveria por si averiguar esses factos e jamais poria em causa que o que a pessoa diz é verdade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, existe alguma dificuldade em ser a Assembleia a inspecionar os serviços e o mais que se poderia fazer é que quando a Moção chegar à entidade pode questionar a proponente.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, queria reforçar a pertinência da Moção, não pondo em dúvida as questões que podem ser levantadas, pensando que é um sinal que se está a dar de preocupação para a Região da dificuldade de funcionamento do Hospital da Guarda e até é de opinião que se deveria fazer outra Moção em relação ao serviço, funcionamento e falta de médicos que deve ser trabalhado e presente a uma Assembleia oportuna, porque é uma luta que vale a pena ter.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira disse que o que se está a tratar hoje é muito importante porque perdeu uma filha naquele Hospital, dizendo que as condições do mesmo são nefastas e sem qualidade, tem muito

bons profissionais, mas as instalações não permitem por vezes que, as coisas não aconteçam mesmo com esses profissionais. Reforçou o que consta da Moção porque perdeu uma filha naquele Hospital o que lhe doeu bastante como todos devem imaginar, mas o que mais lhe custa nisto tudo é que quando queremos esclarecimentos por parte destas entidades eles nunca são dados. Reforçou que aos sentimentos de uma mãe seja dada resposta.

O Senhor Dr. João Terreiro congratulou-se com o Senhor Presidente dizendo que está disposto a fazer essa tal Moção para apresentar à Assembleia sobre o desinvestimento que existe na saúde e que cada vez toca mais no Interior.

Mais referiu que, isto é uma consequência de um desinvestimento do Governo Central, principalmente no período da TROIKA que desinvestiu completamente na Saúde e aceitou o repto lançado pelo Senhor Presidente da Câmara em relação a toda esta matéria.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que fosse acrescentado à Moção e que fará todo o sentido porque a proponente não o fez e não irá contra, o envio da mesma ao Ministério da Saúde, ULS da Guarda e CIMBSE.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda referiu que, concorda com o princípio, mas a Moção não deveria ser personalizada.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso referiu que, a primeira parte da Moção é a razão / enquadramento da proposta da mesma e a segunda será a deliberação da Assembleia.

Depois de devidamente analisada e esclarecida a Moção, foi a mesma aprovada, por unanimidade, devendo a mesma ser enviada para o Ministério da Saúde, ULS da Guarda e CIMBSE.

### **III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.**

Neste ponto verificaram-se as intervenções dos Senhores:

Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom, referindo que na última reunião da Assembleia Municipal foi feito o lançamento dos Censos e como responsável no Concelho de Almeida agradeceu aos Senhores Presidentes das Juntas o cuidado que tiveram em formar as equipas, estando muito satisfeito com os resultados porque todas estiveram à altura e a nível Nacional o Concelho de Almeida está no topo em termos de conclusão. Mais informou de que dos 2626 alojamentos habitáveis no Concelho faltam concluir 147, esperando que até domingo à noite estejam concluídos. A primeira fase foi a entrega e a segunda fase que termina no dia 03 de maio espera ter tudo concluído e na terceira fase que é a dos relatórios também irá decorrer dentro dos prazos e os resultados finais todos os irão receber.

O Senhor Joaquim Lages sobre a vertente agrícola referiu que, há algum tempo atrás apareceu uma notícia no jornal que dizia 15 milhões para renovar o parque de tratores em Portugal e todos apresentaram as respetivas candidaturas para isso mesmo. Conclusão 15 milhões a 25.000,00 € por projeto o que dá 600 projetos para o País. Distribuídos por 18 Distritos dá 33 tratores por Distrito a dividir pelos Concelhos dá 2 tratores por Concelho. Isto só para dizer que é um engano completo.

Informou ainda que, junto à Vimorauto, em Vilar Formoso existe um ecoponto e um caixote do lixo, onde alguém colocou um colchão e foi lá colocado para não ir lá busca-lo outra vez, está a deteriorar-se e passam no local funcionários da Junta e da Câmara, todos os dias. Pensa que estas pessoas que estão a ocupar estes cargos, não deviam só fazer aquilo que lhes mandam, mas também deviam ter um pouco de atenção e ver o que se passa porque o colchão já ali está praticamente há dois meses.

O Senhor Presidente referiu que relativamente aos Fundos é uma constatação e que depois não dão praticamente para nada.

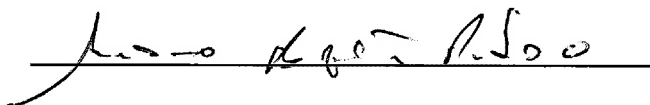
Sobre o lixo referiu que, também ficou um pouco em causa porque passa lá bem perto e não se apercebeu dessa situação.

**APROVAÇÃO EM MINUTA:**

Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 12:30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª. Secretária e 2º. Secretário subscrevem.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**



**A 1ª. Secretária,**



**O 2º. Secretário,**

